

Restituir arquiteturas abertas. Breve reflexão sobre o que não aparece esquece, se interessa ou não fazer aparecer, mas talvez seja melhor esquecer

Mário Varela Gomes

Prof. Jubilado da FCSH, Academia Portuguesa de História

Resumo

Pretende-se fazer breve reflexão sobre as questões relacionadas com o estudo, conservação e divulgação das chamadas arquiteturas megalíticas abertas, ou seja, os menires isolados, dispersos em campos de menires, ou estruturados em alinhamentos e cromeleques. Naquele contexto abordam-se alguns grandes equívocos sobre tais monumentos, que a falta de investigação sobre as suas origens, cronologias e funções, permitem especulações. A existência de tais monumentos, possuindo morfologias mais ou menos naturalisticamente fálicas, não deixam de despertar reações, muitas vezes negativas, até entre arqueólogos, não só em relação àquelas ocorrências, mas até a quem os pretende estudar, nomeadamente por parte de sectores religiosos e feministas, da nossa sociedade. Analisam-se casos de coerção social e de sucesso ou de insucesso, relativas às restituições e pervivências das arquiteturas abertas.

Palavras-chave: Menir, campo de menires, alinhamento, cromeleque.

Abstract

The aim of this paper is to make a brief reflection on issues related to the study, conservation and dissemination of the so-called open megalithic architectures, that is, isolated menhirs, dispersed in fields of menhirs, or structured in alignments and cromlechs. In that context, some major misconceptions about such monuments are addressed, and the lack of research into their origins, chronologies and functions allows speculations. The existence of those monuments, having more or less naturalistically phallic morphologies, never fails to arouse reactions, often negative, even among archaeologists, not only in relation to such occurrences, but even among those who want to study them, particularly from religious and feminist sectors of our society. Cases of social coercion and of success or failure are analysed, relating to the restitution and survival of open architectures.

Keywords: Menhir, field of menhirs, alignment, cromlech.

Palavras prévias

Os menires, isolados, dispersos em campos de menires ou estruturados, em alinhamentos e cromeleques, não foram em Portugal, até ao último quartel do século XX, objeto de estudos científicos, desconhecendo-se até então, a sua integração cultural. Ulteriormente, a mudança de tal paradigma conduziu a que a sua conservação, como herança cultural e fruição pública, fossem acauteladas, na maioria dos casos através da tentativa de os repor na sua posição original, mesmo se reerguidos em paisagens assumidamente distintas das que primitivamente os enquadravam. Estas ações, como quaisquer reposições, restauros, restituições ou medidas de preservação, levantam problemáticas diversas, tanto técnicas e científicas, sobretudo as ligadas à conservação, como de carácter deontológico, onde cabe incluir os ideais românticos dos estetas apreciadores de ruínas e dos fundamentalistas amantes da poética do fragmento.

As formas, por vezes naturalisticamente fálicas, dos menires não deixam ninguém indiferente e existe público esclarecido que as aprecia, designadamente por pertencerem a mundo simbólico complexo e antigo, embora a outros provoque reações negativas à sua existência, manutenção e estudo, tal ocorrendo, até mesmo, entre alguns arqueólogos.

Em meu entender, após mais de meio século de estudar arquiteturas abertas, as primeiras com carácter permanente na Europa, e de ter investigado tais ocorrências, tanto de norte a sul do nosso país, mas também em outros da Europa (Anati e Gomes, 2013; 2014), aquelas atitudes devem-se às seguintes quatro grandes questões:

1. A primeira decorre da morfologia dos menires, não raro naturalisticamente fálicos, conotados nas sociedades hodiernas europeias sobretudo com a intimidade sexual, mas também usados como símbolo, umas vezes apotropaico e de fertilidade, outras com carácter ofensivo. Em meados dos anos setenta, da passada centúria, ouvimos o testemunho de habitante do planalto da Caramujeira, respeitosamente explicar que a forma do menir ali outrora existente, se assemelhava à "*natureza de um homem*" (Gomes, Monteiro e Serrão, 1978: 39).

2. A errónea, mas antiga, crença, entre a maioria dos arqueólogos, de que os menires estão irremediavelmente destituídos de contexto, tanto arqueológico como até cultural. Trata-se de desconhecimento grave, pois para além do manancial informativo que constituem as suas localizações, orientações, morfologias, estruturas de sustentação, decorações em relevo, gravadas ou pintadas, quando escavados com metodologia arqueológica têm oferecido deposições de carácter ritual, a eles associadas, como elementos dormentes e moventes de mós manuais, lâminas de machados ou de enxós, de pedra picotada e polida, fragmentos de recipientes de cerâmica e, até, restos de fauna e flora, nomeadamente encarbonizados, que têm permitido obter datações absolutas pelo método do radiocarbono (AMS). Mas, junto ou perto dos menires, também se têm vindo a encontrar estruturas de combustão, como aconteceu em Vale Pincel (Sines), em Padrão 1 (Vila do Bispo), e Caramujeira (Lagoa), ou outras de diferentes tipos. No último arqueossítio mencionado, detetou-se solo de argila vermelha artificialmente construído, onde assentava bétilo de calcário e se encontrava grande vaso de cerâmica com decoração plástica. Não é, pois, desejável continuar a corroborar a declaração oitocentista do, à época, erudito barão de Bonstetten (1865: 25), expressada na obra *Essai sur les Dolmens*, que haveria de influenciar negativamente muitos pré-historiadores europeus, tanto seus contemporâneos, como seria expectável, como gerações ulteriores: "*Le menhir et un monument banal qui n'à ni âge ni patrie; il sert encore aujourd'hui de clôture, de borne territoriale, de cippe funéraire, de monument commémoratif, et on le retrouve constamment avec ses différentes destinations à toutes les époques et dans tous les pays*" (Gomes, 1994: 317);

3. O estudo das arquiteturas abertas requiere preparação teórica, com incursões diversas em outras ciências humanas, mas em especial na antropologia cultural, semiótica, histórica das mentalidades, áreas que a grande maioria dos arqueólogos não domina, estando agarrados às materialidades da realidade visível e arredados dos grandes contributos teóricos, pelo que raramente ultrapassam o patamar descritivo do que dizem estudar. Não podemos esquecer que um menir isolado, os campos de menires, ou os menires estruturados em alinhamentos e cromeleques são materializações que refletem construções cognitivas, traduzidas em linguagem simbólica. Elas são o fruto de conceptualizações, para nós pouco transparentes, mas certamente polissémicas. Enfim, como dissemos, trata-se de áreas que o ensino e a prática arqueológica em outros países há muito abraçaram, mas, entre nós, a preparação académica, circunscrita a informação empírica básica, continua a esquecer;

4. Num tempo, como o nosso, de novas encruzilhadas ideológicas e tecnológicos, o exacerbamento da virilidade simbólica dos menires, pode constituir atentado às conceções feministas da sociedade. O impacto da morfologia fálica dos menires esconde que, muitos deles, carregam símbolos femininos (triângulos púbicos, vulvas, serpentes), conjugando os dois elementos primordiais capazes de reproduzirem a vida humana e criando, até, monumentos com significado andrógino.

Todavia, os menires, a sua existência e estudo, são tendencialmente mal-aceitos por muitas pessoas do género feminino.

Como resultado das problemáticas mencionadas, a grande maioria dos leigos em Arqueologia e História, mas até muitos colegas arqueólogos, não raro referem-se aos menires de modo sarcástico, tentando fazer humor fácil, recorrendo à graça torpe, comportamento bem ilustrado durante o decorrer do seminário onde apresentámos o presente texto. Ele será sobretudo próprio do desconhecimento, dos tabus ligados ao sexo e às questões que Freud e os seus continuadores tão bem estudaram, ou simplesmente a graves défices cognitivos.

Outra importante reação toca a agressividade, tanto laica como religiosa, tentando inculcar certa descredibilidade em quem pretende estudar aquele tipo de monumentos. Podemos afirmar que existe, no nosso país e apesar da afamada riqueza de construções megalíticas, importante lacuna de estudos sérios sobre as arquiteturas abertas.

Seguem-se curtas reflexões sobre as problemáticas mencionadas, a que se poderiam juntar outras.

Alguns grandes equívocos

A impreparação de certos arqueólogos, aliada à ânsia de divulgarem novidades, para se fazerem notados ou por satisfação pessoal, desacreditam a Arqueologia, como ciência humana holística e o seu papel social.

Constitui exemplo do que referimos, a notícia errada, dada por arqueólogos ao *Jornal Expresso*, de que alinhamento de menires, em Tera (Mora) teria sido erguido na Idade do Ferro, porque junto a eles se encontraram sepulturas de incineração daquele tempo, mas que ilustram o reconhecimento de antigo local sagrado e a sua reutilização, aspecto que não é único. Mas a mesma notícia, de autoria de Cândida Santos Silva (1997), é estranhamente intitulada "O mistério dos homens fálicos", conduzindo-nos a acreditar que a candura da jornalista não reside apenas no seu nome pois, como diria Monsieur de La Palisse (1470-1525), não há homens que não sejam fálicos. O público que lê jornais não deve ser confundido.



Figura 1. Grandes equívocos. A. Folha do *Jornal Expresso* (1997), com a notícia errada, dada por arqueólogos, de que o alinhamento de menires de Tera teria sido erguido na Idade do Ferro. A mesma está estranhamente intitulada "O mistério dos homens fálicos". A candura da jornalista não residirá apenas no seu nome? B. Imagem de Obelix, criada por Alberto Uderzo, ilustrando um construtor de menires fora de tempo. Júlio César e outros autores transmitiram-nos que os Gaulses reuniam-se em antigos recintos megalíticos, mas não os construíam

Faz parte do imaginário de quase todos nós a figura do poderoso Obelix, criada por Alberto Uderzo, para ilustrar um construtor de menires ao tempo da romanização da Gália. Trata-se de narrativa fora de tempo pois, Júlio César e outros autores transmitiram-nos que os Gauleses se reuniam em antigos recintos megalíticos, mas eles não os construíam. Durante décadas expliquei isto, repondo a verdade histórica, a turmas de alunos incrédulos, que também devido a informação errada, acreditavam na coexistência do Homem e dos dinossauros.

A estela-menir da Herdade do Barrocal (Reguengos de Monsaraz), identificada em 1993 por Francisco Serpa, foi sujeita a experiência que se pretendeu incluir na denominada Arqueologia Experimental. Em 2006, Manuel Calado e outros arqueólogos, tentaram reerguer aquele monólito, que havíamos estudado em 1995 e sobre ele apresentado comunicação, em 2000, ao *2º Colóquio Internacional sobre Megalitismo* ocorrido em Monsaraz (Gomes, 2006: 130; 2007a), através de meios não mecanizados. O resultado apesar do aparato, do clima de festa vivido entre os muitos participantes ou assistentes, assim como de variados representantes dos órgãos de comunicação social e de até quem oferecesse comprimidos de Viagra aos empenhados voluntários na experiência, foi nulo, desastroso e mesmo dececionante. Após várias tentativas, o monólito, que correu sérios riscos de se partir, acabou por não ser levantado. Tal haveria de ocorrer no dia seguinte, com o contributo de retroescavadora. Desconhecemos se a tutela da Arqueologia autorizou a experiência, que registos existem sobre os meios disponíveis e o plano seguido para executar tal tarefa, etc., mas o recinto que integra a estela-menir, e tão importante quanto ele, não foi intervencionado e continua ao abandono.

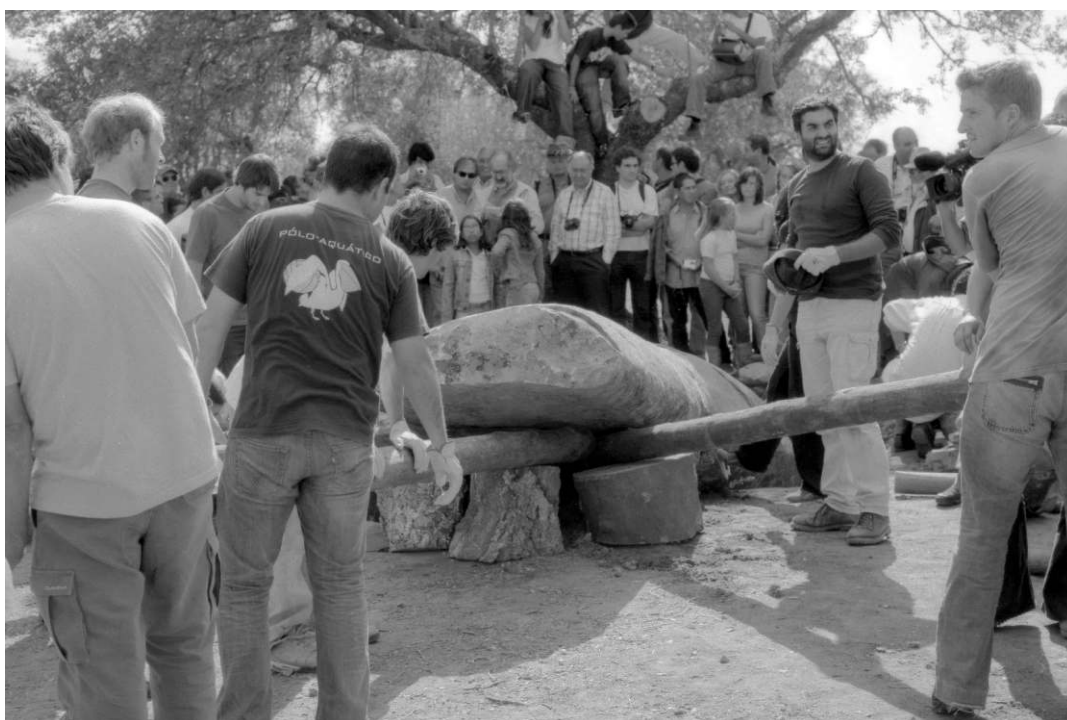


Figura 2. Falsa arqueologia experimental. Grande festa, mas resultado nulo, na tentativa de reerguer a estela-menir do Barrocal (Reguengos de Monsaraz), em 2006 (foto M. V. Gomes, RVI/06-14).

Feminismo radical?

Tenho colecionado exemplos de atitudes relacionadas com aquilo que reputo de feminismo radical. Assim, uma então jovem assistente da Universidade de Coimbra, e hoje conhecida professora da mesma instituição, quando dois seus colegas (Drs Vasco Mantas e João Monteiro), durante visita de estudo que fazíamos à Vidigueira, em 1984, me comunicavam terem identificado o que julgavam tratar-se de menir e me pediam para certificar tal classificação (menir de Mac Abraão, Vidigueira), aquela, que eu não conhecia de lado nenhum, irrompe na conversa e faz-me a pergunta, muito pouco académica:

"*Gostas de caralhos?*" Fiquei algo surpreso, com o uso inesperado do vernáculo. Pensei de imediato tratar-se de provocação ordinária. Contive-me e respondi-lhe, "*Por enquanto só dos de pedra.*" E foi assim que, alguém do meio académico, com responsabilidades pedagógicas, agiu perante o desconhecimento e algo mais, que de momento não entendi.

A resposta, ou parte dela, chegar-me-ia depois, quando em 1988 referi e mostrei, em comunicação apresentada a colóquio que organizei em Montemor-o-Novo, comemorativo dos 25 anos da descoberta da Gruta do Escoural (Gomes, 1989: 262), diapositivos de cromeleque, formado por monólitos de pequenas dimensões, mas alguns deles contendo gravuras, de Monte Novo, no Chão de Sines, que identifiquei, no local ulteriormente ocupado por população calcolítica. Então a arqueóloga corresponsável por escavações ali realizadas, negou publicamente e algo encolerizada, a existência dos menires e do recinto por eles formado. Não obstante, alguns anos depois o arqueossítio mostrava painel, informando da presença do monumento megalítico pré-existente à ocupação calcolítica.

Julgo que a antipatia de certos elementos do género feminino por menires conduziu a que senhora que me sucedeu na direção do Museu Municipal de Arqueologia de Silves, resolvesse eliminar área, com fundo de areia, onde se expunham alguns menires e bétilos decorados da Caramujeira (Lagoa), sem qualquer explicação, deixando-os amontoados a um canto, à espera não sei de quê. O menir 3 da Vilarinha, que se encontrava próximo não foi mexido, certamente por falta de coragem final, dada a sua grande volumetria e peso.

Estamos perante atitudes que expressam repulsa e incompreensão, mas que não sugerem constituir apenas simples coincidências. Será que em breve assistiremos a alegres grupos feministas a destruírem menires? A eliminarem antigos símbolos fálicos cuja presença, segundo aluna do curso de História da minha universidade, constitui ofensa pública às mulheres.

Possuo argumentos, alguns publicados, para afirmar que muitos de tais monumentos não chegaram aos dias de hoje, porque foram derrubados e partidos há cerca de 5000 anos, pelos adoradores da super-divindade feminina, a deusa-mãe de olhos solares, com origem mediterrânica. Quem disse que a História nunca se repete?

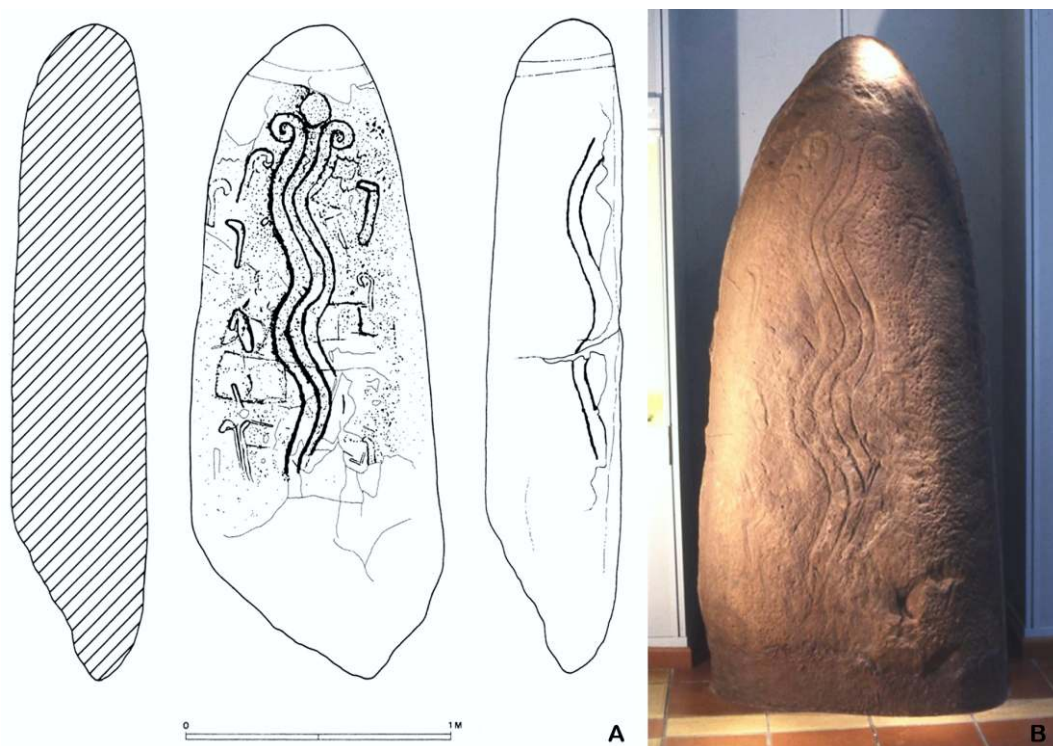


Figura 3. Menir 3 do Alinhamento da Vilarinha (São Bartolomeu de Messines, Silves) (lev. e foto de M. V. Gomes, 1995)

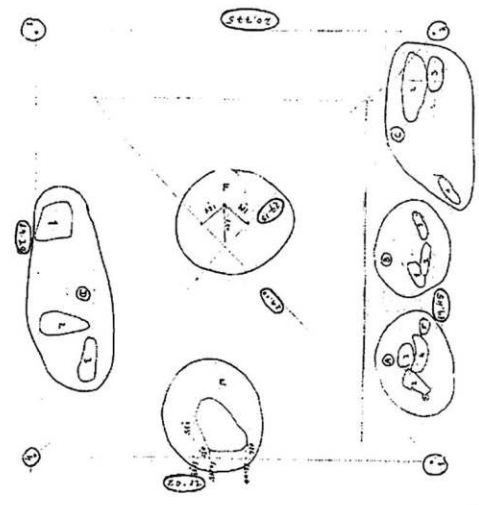
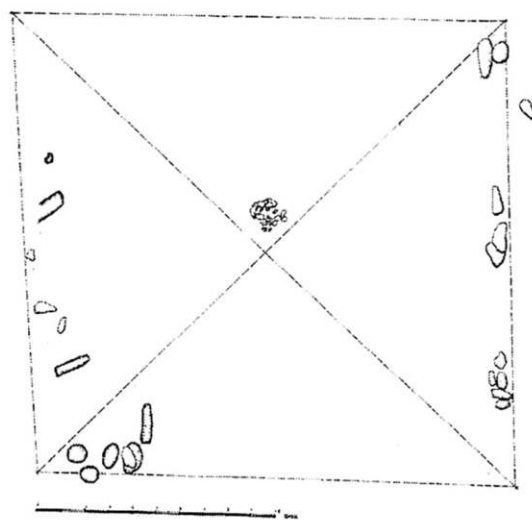


Figura 4. A. Cromeleque do Xarez (Reguengos de Monsaraz), antes da sua transladação (foto M. V. Gomes, 1977); **B.** Plantas do Cromeleque do Xarez, tal como foi encontrado, em 1968, por J. Pires Gonçalves (lev. Humberto J. Ramalho)

Coerção social e religiosa

Em 1988, o arqueólogo Nuno Vasco Oliveira, então técnico-superior do Instituto Português de Arqueologia, a trabalhar na extensão de Castro Verde, e com quem nunca me tinha cruzado, declarou, perante alguns dos meus alunos, que não se deveria ter investido no estudo do que dizia ser o "completamente inventado" Cromeleque do Xarez, não oferecendo provas do que afirmava embora, talvez influenciado por um seu antigo professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E acrescentava, irritado, entre outros argumentos acompanhados de impropérios, que quem se dedicava ao "estudo de caralhos", aludindo certamente aos menires e a mim, não poderia ter qualquer crédito científico. Infelizmente, desconhecemos, passado um quarto de século, quais os contributos significativos que aquele deu à Arqueologia e à Cultura portuguesa, mas deduzimos que nutria sobretudo forte antipatia pelos menires. Deixo outros comentários sobre este caso aos psiquiatras.

O Prof. Rosado Fernandes, perante as duas dezenas de alunos que comigo trabalhavam no Cromeleque do Xarez, aliás erguido em propriedade que era sua, dirigiu-se-nos para declarar, em tom jocoso, que tinha tido quarenta ereções numa manhã, aludindo às quatro dezenas de monólitos reerguidos no cromeleque, esquecendo-se que muitos eram de pequenas dimensões não constituindo grandemente para tal gloriosa narrativa. Depois de outras piadas de gosto duvidoso, concluiu por dizer aos alunos que bem se podiam esforçar, mas o fim profissional deles era serem caixas num qualquer supermercado. Aquele que até foi diretor da Faculdade de Letras de Lisboa, onde há muito se estudava Arqueologia, enganou-se, pois, daqueles alunos, sete deles doutoraram-se, sendo hoje quatro professores universitários de Arqueologia e quase todos os restantes arqueólogos ou a trabalharem em áreas de outras ciências humanas (Gomes, 2000; 2002).

O mesmo erudito professor, depois do falecimento de José Pires Gonçalves, que identificou o Cromeleque do Xarez e dirigiu o seu restauro, haveria de pôr em causa tal trabalho, onde de certo modo colaborou. Estas atitudes podem prender-se com o facto de a vasta propriedade do Prof. Rosado Fernandes ter sido submersa pelas águas do regolho da barragem do Alqueva, mas também ao seu conhecido gosto por polémicas e provocações. Desenhos, da autoria do topógrafo Humberto J. Ramalho, feitos aquando da identificação do Cromeleque do Xarez, elucidam bem a forma que teria a planta do monumento, tendo-se escavado a estrutura de sustentação do seu menir central.

A violência socio-religiosa contra os monumentos megalíticos e os antigos cultos litolátricos possui longo historial, bem conhecido, com anátemas e fartas recomendações clericais, dos bispados e Santa Sé, durante as Idades Média e Moderna. Ilustra caso de rara sobrevivência a esses ataques, o menir tombado, do tipo pedra talha, que fotografámos, em 1987, nos arredores de Reguengos de Monsaraz, onde se reconheceram tentativas de despedaçamento e duas enormes cruzes, pintadas de cor branca, para dali afastar o demónio.

O caso mais antigo com que diretamente nos confrontámos, no terreno, respeitante à conservação de menires, ocorreu em 1975, na Caramujeira (Lagoa). Quando, com Jorge Pinho Monteiro, reconhecemos, a pedido da direção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, um dos menires, o maior, e encontrámos, em área de areias a ele adjacentes, cerca de três dezenas de outros, com diferentes morfologias e dimensões, alguns amontoados e destinados à produção de cal. Salvos com grande dificuldade, do seu total desaparecimento, depois de desagradáveis e longas conversações, não só com o proprietário do terreno onde jaziam, como com quem tinha comprado àquele a exploração de areia ali existente, acabariam por me serem oferecidos. Como se costuma dizer, fiquei com a criança nos braços.

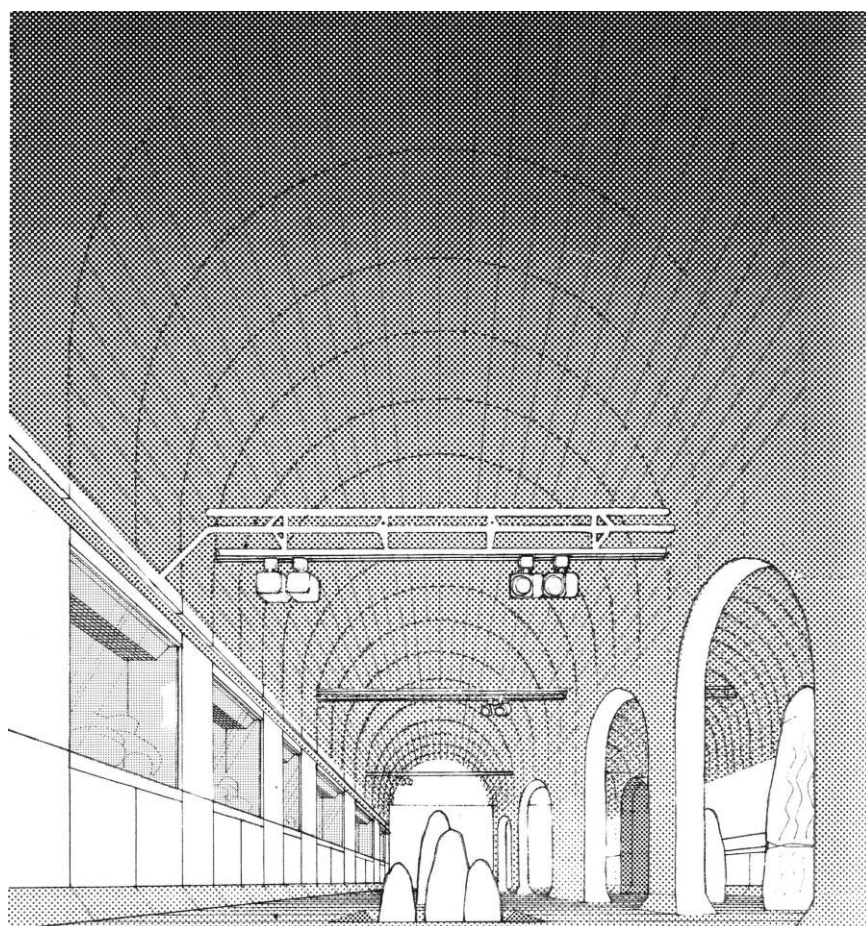


Figura 5. Menir do tipo pedra-talha, com sinais de tentativas de despedaçamento e grandes cruzes pintadas de cor branca, para afastar o demónio, Reguengos de Monsaraz (foto M. V. Gomes, RV/87-64)

Sendo necessário urgentemente retirar os menires do terreno, não fora os meus interlocutores mudarem de ideias, a autarquia da Lagoa proporcionou para tal, camioneta e grande armazém, então devoluto, para onde os fizemos transportar, acautelando-se para que se não partissem ou deteriorassem, pois não só apresentavam certa fragilidade, dado serem afeiçoados em calcários brandos, como muitos deles apresentavam decorações em relevo.

Como não existia nenhum museu em Lagoa, por nossa sugestão, o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), órgão que então tutelava a Arqueologia nacional, contactou o Museu de Faro, onde sabíamos haver salas disponíveis e capazes de poderem ser musealizadas, de modo a valorizar aquele raro património. Todavia, o diretor daquele oficiou o IPPC argumentando a recusa em receber tais monumentos, a maior parte de dimensões modestas, mas dadas as formas e a simbologia que apresentavam, não serem apropriadas à exposição pública e, muito menos, num antigo monumento religioso onde o museu estava instalado, que até foi convento feminino.

Entretanto, em Lagoa, a autarquia encontrou excelente local para a exposição dos menires e do restante espólio procedente do mesmo arqueossítio, como de outros que identificáramos, o antigo depósito de água da vila, interessante edifício do século XIX. Este não tinha então qualquer utilidade, pois as suas funções passaram a ser desempenhadas por depósito erguido nos finais dos anos cinquenta e que ainda hoje ali se ergue.



A



B

Figura 6. A. Projeto para centro de interpretação do megalitismo da Lagoa, da autoria dos arquitetos Mário Varela Gomes e Sérgio Infante (des. S. Infante); B. Menires da Caramujeira, partidos e amontoados junto ao cemitério de Lagoa (fotos M. V. Gomes, 1980)

O autor destas linhas e o Prof. Arq.^{to} Sérgio Infante, especialista em reabilitação do património construído, elaboraram, *pro bono*, projeto de adaptação daquele espaço a centro de interpretação dos menires do concelho de Lagoa, pois, entretanto, surgiram novos exemplares (Areias das Almas). Este seria aprovado pela tutela.

Com as obras quase concluídas, e alguns menires já cuidadosamente transportados e erguidos no interior do edifício, trabalho por nós seguido, sem nos comunicar, o então presidente da autarquia, o Sr. Abel Santos, mandou dali retirar os menires. O espaço a que a população já chamava "museu dos caralhos", denominação que deve ter contribuído para a nefasta resolução presidencial, foi utilizado para albergar biblioteca sem valor, constituída maioritariamente por romances, mas legada por cidadão local. Os menires foram então brutalmente removidos com monta-cargas e retroescavadora, sem quaisquer cuidados, partindo-se alguns, riscando-se as superfícies de quase todos, nomeadamente as decorações, acabando amontoados junto ao cemitério da vila. A talvez propositadamente descuidada transladação, custou ainda a perda de três monólitos, um deles gravado.

A maioria daqueles raros testemunhos das primeiras comunidades neolíticas do Algarve e das mais antigas esculturas monumentais da Europa (VI-V milénios A.C.), encontra-se hoje no Museu Nacional de Arqueologia (MNA), para onde eu e o Dr. Francisco Alves, à data seu diretor, os fizemos transportar. Cinco deles estiveram expostos no Museu Municipal de Arqueologia de Silves e dois na exposição permanente do MNA.

Apesar de algumas promessas de diretores do MNA, nunca se chegou a remontar o grande menir 1, o único bilito que se conhece e que possui impressiva morfologia e decoração em relevo, cujo volume distal esteve patente ao público, durante alguns anos, logo por ironia do destino, perto das instalações sanitárias do museu. Em tempos ainda recentes, ele teve os seus minutos de fama, ao integrar a entrada da exposição *Ídolos. Olhares Milenares* naquele museu, embora não tenha merecido qualquer referência no catálogo da mesma (Gomes, Monteiro e Serrão, 1978; Monteiro e Gomes, 1979: 357-363, 371-373; 1981: 78-81, 84, figs 32, 34, 36, 37; Gomes, 1997d: 160, 162, fig. 14).



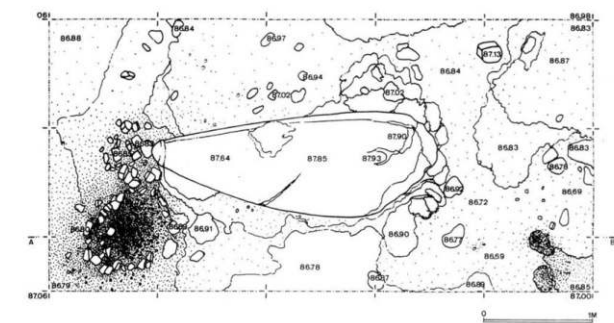
Figura 7. A. Porção distal do menir 1 da Caramujeira (Lagoa) (foto M. V. Gomes, 1975); B. O mesmo monumento, exposto na entrada da exposição *Ídolos. Olhares Milenares*, no Museu Nacional de Arqueologia (2021) (foto MNA)

Sucessos e insucessos

Na biografia de muitos de tais monumentos, que estudei e tentei proteger, existem histórias de maior ou menor sucesso, mas também de completo insucesso, no concernente à sua conservação e vida ulteriores.

Quanto a nós, mais interessante menir (3) do Alinhamento da Vilarinha (São Bartolomeu de Messines, Silves), já antes mencionado, teve de ser reerguido no Museu Municipal de Arqueologia de Silves, acautelando a conservação das suas importantes gravuras e relevos, dada a fragilidade do arenito vermelho em que foi talhado (Gomes, 2007b: 152-156, fig. 11; 2008). Outros menires daquele alinhamento foram reerguidos *in situ*, encontrando-se hoje integrados em circuito pedestre, onde não tem havido sinais de deterioração. E o mesmo ocorreu com o grande menir de Abrutiais (Gomes, 1996: 163, fig. 15A), naquela mesma zona, que os habitantes das redondezas diziam conter riquezas, não fora alguém mais sonhador e afoito o partir para tentar enriquecer.

Ainda no Algarve, perto da península de São Vicente – Sagres, a escavação do menir 1 do Padrão (Vila do Bispo), proporcionou testemunhos de comportamentos humanos coevos a ele ligados, como estrutura de combustão e a deposição de lâminas de machado e de enxó de pedra polida, como depois de reerguido, outros hodiernos, denunciando práticas mágico-religiosas separadas por milhares de anos, pois há pessoas que ali vão depositar pequenos objetos e acender velas. O seu estado de conservação tem-se mantido e considero-o um caso de sucesso, embora infelizmente não tenha sido possível intervencionar outros menires que se encontravam próximos alguns partidos, talvez constituindo antigo alinhamento, removido e semidestruído aquando do alargamento da estrada que conduz à praia da Ingrina (Gomes, 1994: 331, 332, fig. 7; 1997d: 150, 155, fig. 3).



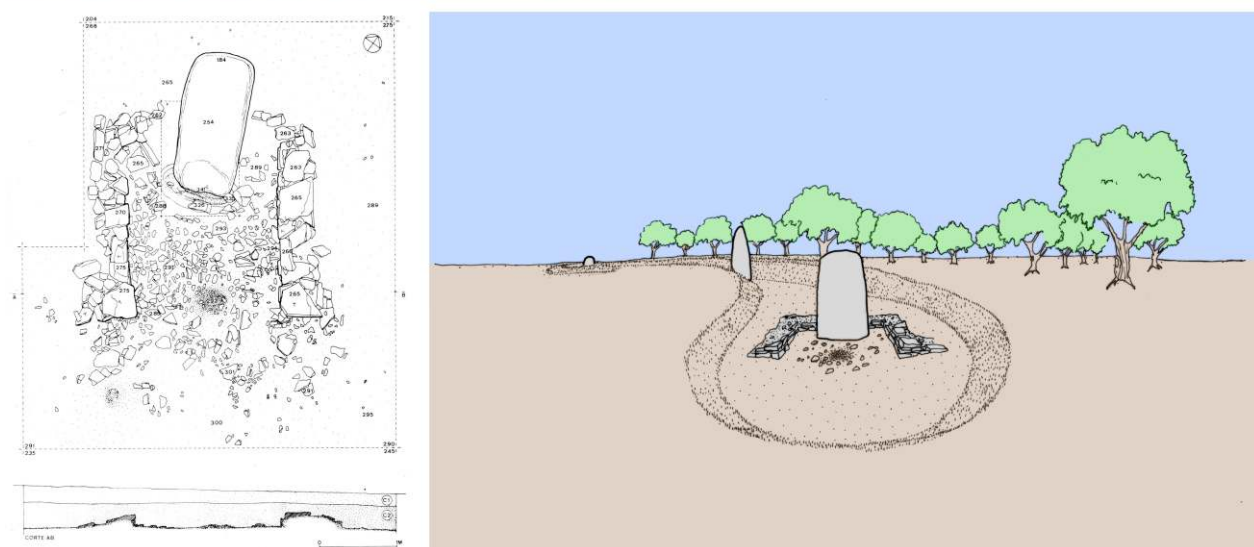


Figura 9. Menir 5 do campo de menires de Perdígões (Reguengos de Monsaraz). Durante a escavação, registo desenhado do existente e proposta de musealização (foto M. V. Gomes, R.VII/87-23; lev. M. V. Gomes e projeto de M. V. Gomes e R. Cunha, 1987).

Um dos menires do Alinhamento de Pedra Longa (Montemor-o-Novo), teve de ser conservado no Museu de Arqueologia daquela cidade, mas talvez um dia possa ser recolocado no seu local de origem. Pior sorte teve o menir 5 dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz), apresentando enorme forma estelar, erguido no Neolítico e integrado em pequeno recinto, possuindo planta com forma de pórtico, durante o Calcolítico, que apesar da classificação oficial, como Imóvel de Interesse Público, e de existir projeto de musealização para o conjunto, ou campo de menires, de que fazia parte, aprovado pela tutela e do conhecimento da autarquia, foi arrancado do lugar onde se encontrava há milénios e usado para tapar nascente, no fundo de grande charca, ou chavanco, jazendo hoje a cinco metros de profundidade. As nossas reclamações não encontraram eco, na tutela, câmara municipal, ou na empresa de Arqueologia, que tem vindo a explorar o povoado calcolítico existente nas proximidades dos menires (Gomes, 2006: 128, fig. 2). Também no mesmo concelho, o menir de Santa Margarida, igualmente

classificado Imóvel de Interesse Público e que outrora se associava a desaparecida capela, com aquela santa como orago, conhecida como protetora das grávidas e da maternidade, aspeto que não podemos dissociar da presença do monólito, usado como pedra de escorregar, foi barbaramente amputado da sua extremidade distal, durante alargamento de estrada da responsabilidade municipal. Fizemos chegar protesto à edilidade e à tutela, que talvez tenha valido o mau trabalho de anastilose que agora ali se observa (Gomes, 2006: 129, figs 3 e 4).



Figura 10. Menir de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz), Face com covinhas, por onde se escorregava. Vistas de sul, intacto há milhares de anos, fraturado em 2006 e mal anastilosoado (fotos M. V. Gomes, 1987; R V/87-30, R VI/06-22).

A modo de conclusão

A constatação empírica permite concluirmos que o modo mais eficaz de preservar os menires é mantê-los ou colocá-los de pé, tal qual existiram nos tempos pré-históricos. Assim, alguns deles chegaram aos dias de hoje, em certos casos com funções que em nada têm a ver com aquelas para que foram erguidos. Boa parte destes sobreviventes de longo curso diacrónico, serve de limites, a que podem encontrar-se ligadas práticas mágico-religiosas, sobretudo no âmbito da fecundidade e fertilidade, humana ou dos campos. Recordemos que o menir de Luzim, o primeiro a ser como classificado como tal, em 1864 (Ferreira, 1864; 1875: 14, 15) ou a estela-menir da Caparrosa (Tondela), que identificámos e demos a conhecer, continuam erguidos *in situ*, embora o pequeno alinhamento que se associava àquele último monólito tenha desaparecido devido a abertura de caminho. A classificação que promovi, como Imóvel de Interesse Público, em nada valeu à conservação daquele importante testemunho (Gomes, 1993; Gomes e Monteiro, 1974-1977).



Figura 11. A. Menir de Luzim (Penafiel), dado a conhecer em 1864; B. Estela-menir da Caparrosa (Tondela) identificada em 1975 (fotos de M. V. Gomes, 1989; 1975)

O mesmo entendimento tiveram José Pires Gonçalves e Henrique Leonor Pina, responsáveis pela identificação e primeiros estudos dos menires alto-alentejanos (Gonçalves, 1970; 1972; 1975; Pina, 1971; 1976). Aquele segundo investigador escreveria: "*(...) o estado actual de conservação dos cromlechs é, em geral, mau, e, aos olhos dos leigos, os menhirs raro merecem maior atenção e respeito do que outras pedras, cada vez mais frequentemente destruídas para construção do que quer que seja, ou para libertar os campos dum obstáculo ao seu cultivo. Há, infelizmente, tristes provas destes factos e foi também para obviar a factos como estes que o autor e o Dr. Pires Gonçalves procederam, em Agosto de 1969, à erecção do belo menhir fálico do Outeiro-Barrada, no Termo de Monsaraz*" (Pina, 1971: 152).

Aquela ação não beneficiou de uma escavação em extensão da área onde jazia o menir, localmente conhecido como Penedo Comprido ou Pedra do Lagarto, embora algumas pedras, ao que parece desarticuladas entre si, tenham feito crer a possibilidade de constituírem os restos da estrutura de sustentação daquele. Todavia, dado que a população local acreditava que o menir indicava a existência ou mesmo escondia muitos objetos de ouro, uma vez erguido diminui o perigo de ser despedaçado durante a pesquisa de tal tesouro (Saa, 1964: 45-48). Foi também perante a ameaça de desaparecimento, reutilizada a sua matéria-prima em qualquer construção, que J. Pires Gonçalves reergueu o fragmento meso-distal do menir da Bulhoa (Reguengos de Monsaraz), sobre volume proximal moderno. Recordemos que a parte original em falta deste paradigmático monumento, agora restituída pelo restauro, foi usada como peso de lagar.

Na extremidade norte da Beira Alta, o grande menir de Vale de Nascerães ou do Fontelo (Armamar), possui história recente, algo rocambolesca, pois foi deslocado do local em que esteve ereto e depois tombado, durante milénios, para estrema junto a estrada, onde o estudámos, em 2020, a convite da municipalidade local, com conhecimento da Junta de Freguesia. Não decorreu muito tempo para que o seu proprietário o tivesse vendido, por cento e vinte euros, e fosse carregado para longe, onde o comprador o iria despedaçar, tendo em vista calcetar a entrada de casa. Em boa hora a Câmara Municipal teve conhecimento do seu desaparecimento e resgatou-o, pagando o valor com que tinha sido transacionado. Resolveu então erguê-lo próximo do sítio onde foi encontrado, sem consultar os arqueólogos que o tinham estudado ou outros. Só que o terreno era particular e a proprietária, quando



Figura 12. Menir de Vale de Nascerães (Fontelo, Armamar). Derrubado e deslocado, à espera de ser despedaçado e reerguido (fotos M. V. Gomes e O. Sousa, 2020, 2021).

viu o menir erguido, não o quis lá, devido a razões que podemos apenas suspeitar. Uma nova solução foi transladá-lo para junto de cruzamento, tudo isto, mais uma vez, feito sem qualquer indicação ou acompanhamento técnico, apesar do monólito se encontrar em vias de classificação e existir publicação monográfica sobre o mesmo (Gomes e Sousa, 2021).

No Cromeleque e Alinhamento de Portela de Mogos (Évora), onde foi possível reintegrar menir devolvido por particular que o dali tinha levado, reergueram-se alguns menires, quando se determinaram as estruturas de implantação respetivas, nomeadamente o grande menir central e as estelas-menires encontradas tombadas (Gomes, 1997b; 1997c; 2011). O mesmo ocorreu no monumento denominado Cromeleque dos Almendres, aquele que goza de maior visibilidade, onde se procedeu à anastilose de dois monólitos, tendo em vista recuperar as volumetrias e imagens primitivas. Este trabalho foi realizado pelo canteiro Manuel Estêvão Graxinha, então funcionário da Câmara Municipal de Évora, que haveria depois de proceder à anastilose do grande menir da Meada (Gomes, 1997a; 1997c; 2011).

O Prof. Arq.^{to} Leonel Fadigas, desenhou projetos de arranjo e integração paisagística para os dois monumentos antes mencionados, embora nunca implementados, presumo que devido a ocuparem terrenos particulares que a acostuada inércia da tutela nunca quis desanexar e indemnizar os respetivos proprietários. O segundo daqueles recintos constitui hoje importante foco de atração turística, que lhe tem provocado alguns danos, dado não existir qualquer tipo de controlo dos comportamentos dos seus muitos visitantes, nomeadamente da percentagem de delinquentes que todos os grupos humanos possuem. Já vi gente em cima de menires, a rasparem as superfícies para tentarem visualizar as gravuras e, pior, houve alguém que fez orifício profundo em um dos monólitos. Cartas que enviei, em 2002, ao Arq.^{to} Pedro Roseta (Ministro da Cultura) e ao Doutor Paulo Pereira (Vice-Presidente do IPA - Instituto Português de Arqueologia), solicitando medidas de proteção para os menires e estelas-menires de ambos cromeleques referidos, nem sequer mereceram a acusação institucional da sua receção.

As mais-valias auferidas da atração turística que é o Cromeleque dos Almendres, nunca contribuíram para o prosseguimento do seu estudo, monitorização da conservação e divulgação científica, pois até nem existe, no local, informação sobre o mesmo, a suas possíveis funções, evolução, cronologia e simbolismos, chegando muitos visitantes a usufruir daquele lugar de modo menos ortodoxo, ali praticando desde atos sexuais, a meditação e música ou a tentativas de entrar em contato com o transcendente.

Chegamos frequentemente a questionarmo-nos se não teria sido preferível deixar repousar no esquecimento o Cromeleque dos Almendres, quase sem acesso a automóveis e sem visitantes, conforme o encontrei há meio século atrás? Não temos dúvidas que estudar, reerguer e dar visibilidade a monumentos megalíticos acarreta responsabilidades diversas, por vezes inusitadas, que os arqueólogos não se podem arrogar e de que os poderes, local e central, não querem assumir. *O que é que temos que fazer?*



Figura 13. Cromeleque dos Almendres (Guadalupe, Évora) (foto aérea de M. Ribeiro, as outras de M. V. Gomes, 2001)

Cumpra agradecermos ao colega Jorge de Oliveira o amável convite para participarmos no *Seminário Internacional de Conservação e Reabilitação de Monumentos Megalíticos*, comemorativo dos trinta anos da reereção do Menir da Meada e felicita-lo pelo trabalho.

Bibliografia

- ANATI, E.; GOMES, M. V. (2013) – *The Züschen Megalithic Monument (Kassel, Hessen) and its Engravings. Animal Traction, Ploughs, Carts and Wagons in Neolithic Europe*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa.
- ANATI, E.; GOMES, M. V. (2014) – *Stonehenge Prehistoric Engravings. Weapons for Ancestors or for Gods?*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa.
- BONSTETTEN, A. de (1865) – *Essai sur les Dolmens*. Genève: Imprimerie de Jules-Guillaume Fick.
- FERREIRA, S. R. (1864) – Apontamentos para a história topographica de Penafiel, *O Século XIX*. Porto. nº 5, 3.
- FERREIRA, S. R. (1875) – *Antiguidades do Porto*. Porto: Typographia Lusitana.
- GOMES, M. V. (1989) – Arte rupestre e contexto arqueológico, *Almansor*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 7, 225-269.
- GOMES, M. V. (1993) – O Marco de Anta ou estela-menir da Caparosa (Tondela, Viseu), *Estudos Pré-Históricos*. Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, 1, 7-27.
- GOMES, M. V. (1994) – Menires e cromeleques no complexo cultural megalítico português – Trabalhos recentes e estado da questão, *Estudos Pré-Históricos*. Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, 2, 317-342, V ests.
- GOMES, M. V. (1997a) – Cromeleque dos Almendres, um dos primeiros grandes monumentos públicos da Humanidade, *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, 25-34.
- GOMES, M. V. (1997b) – Cromeleque da Portela de Mogos. Um monumento sócio-religioso megalítico, *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, 35-40.
- GOMES, M. V. (1997c) – Estátuas-menires antropomórficas do Alto-Alentejo. Descobertas recentes e problemáticas, *Brigantium*. La Coruña: Museo Arqueológico e Histórico da Coruña, 10, 225-279.
- GOMES, M. V. (1997d) – Megalitismo do Barlavento Algarvio – Breve síntese, *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia, 11, 12, 147-190.
- GOMES, M. V. (2000) – Cromeleque do Xarez – A ordenação do Caos, *Memórias d'Odiana – Estudos Arqueológicos do Alqueva*. Beja: Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, 2, 17-190.
- GOMES, M. V. (2002) – *De Monsaraz e o seu Termo ao Cromeleque do Xarez*. Lisboa: Fundação Convento de Orada.
- GOMES, M. V. (2006) – Menires de Reguengos de Monsaraz. Um património ameaçado, *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, II série, 14, 127-130.
- GOMES, M. V. (2007a) – Estela-menir da Herdade do Barrocal (Reguengos de Monsaraz, Évora): resultados dos trabalhos de 1995, *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 10(1), 43-71.
- GOMES, M. V. (2007b) – Nés à l'Extrême Sud-Ouest de l'Europe: Les menhirs de l'Algarve et l'avènement de l'idéologie mégalithique, *Les Expressions Intellectuelles et Spirituelles des Peuples sans Ecriture*. Paris: Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques / Commission of the Intellectual and Spiritual Expressions of Non-Literate Peoples, 147-157.
- GOMES, M. V. (2008) – O alinhamento da Vilarinha (São Bartolomeu de Messines, Silves). Arquitectura e arte megalítica, *Xelb*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia de Silves, 8(1), 51-74.
- GOMES, M. V. (2011) – Estátuas-menires antropomórficas da Região de Évora. Novos testemunhos e problemáticas, *Estelas e Estátuas-menires da Pré à Proto-História*. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal, 11-36.
- GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P. (1974-1977) – A estela-menir decorada da Caparrosa. Nota de descoberta, *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, série III, VII-IX, 89-93.
- GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P.; SERRÃO, E. da C. (1978) – A estação pré-histórica da Caramujeira. Trabalhos de 1975/76, *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, I, 33-72.

- GOMES, M. V.; SOUSA, O. (2021) – Menir de Fontelo (Armamar, Viseu). Primeira notícia, *Portvgalia*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nova série, XLII, 5-18.
- GONÇALVES, J. P. (1970) – Menires de Monsaraz, *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 9ª série, II, 151-176.
- GONÇALVES, J. P. (1972) – Arte rupestre de Monsaraz, *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, V, 489-502.
- GONÇALVES, J. P. (1975) – Roteiro de alguns megálitos da Região de Évora, *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, 58, 241-261.
- MONTEIRO, J. P.; GOMES, M. V. (1979) – Menires do Algarve, *XV Congreso Nacional de Arqueología*, Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 355-374.
- MONTEIRO, J. P.; GOMES, M. V. (1981) – The menhirs of Portugal, *Bollettino del Centro Camuno di Studi Preistorici*. Capo di Ponte: Centro Camuno di Studi Preistorici, XVIII, 75-88.
- PINA, H. L. (1971) – Novos monumentos megalíticos do distrito de Évora, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação Nacional, 151-162.
- PINA, H. L. (1976) – Cromlechs und menhirs bei Évora in Portugal, *Madridrer Mitteilungen*. Madrid: Instituto Arqueológico Alemão de Madrid, 17, 9-20.
- SAA, M. (1964) – *As Grandes Vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*, vol. V. Lisboa: Tipografia da Sociedade Astória.
- SILVA, C. S. (1997) – O mistério dos homens fálicos, *Expresso*: Impresa. Lisboa, 23.Agosto.1997, 10, 11.